

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA: um estudo de
caso do ensino de língua portuguesa no município de Paranaguá-PR**

MATINHOS

2012

MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA: um estudo de
caso do ensino de língua portuguesa no município de Paranaguá-PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização: A questão social na
perspectiva interdisciplinar, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Lucia Maria Gonçalves de
Resende

MATINHOS

2012

MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA: um estudo de
caso do ensino de língua portuguesa no município de Paranaguá-PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização: A questão social na
perspectiva interdisciplinar, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

_____/____/____

_____/____/____

_____/____/____

MATINHOS

2012

RESUMO: Para traçar a o eixo da discussão deste artigo: as práticas educativas na sociedade capitalista, foram realizadas análises no material de língua portuguesa de um aluno da 2.^a série do ensino fundamental de uma escola pública do município de Paranaguá, no estado do Paraná. Apesar da constante desconstrução, por meio de diversos teóricos, da prática educativa vigente em grande parte das escolas, a forma de ensinar (estruturalista) continua sendo realizada com ênfase na preparação básica e mecânica para o mercado de trabalho, ou seja, de maneira retrógrada, que não contribui para a formação crítica do sujeito.

PALAVRAS CHAVES: práticas educativas, capitalismo, sociedade.

Introdução

Durante minha formação acadêmica diversos questionamentos me vieram à tona, mas um deles foi, sem sombra de dúvida, um dos mais relevantes me ocorreu quando passei a lecionar a disciplina de inglês e a cursar Pedagogia pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá – Fafipar -, e deste modo a estar em contato com o cotidiano escolar. Apesar de ter realizado estágios pelo curso de Letras, efetivamente foi o meu primeiro contato com a realidade do profissional de Letras e de Pedagogia, portanto cheguei à escola sedenta por informações, querendo viver a maior quantidade possível de experiências que em conjunto com minha formação teórica me constituísse, de fato, em uma competente profissional da área da educação. Enfim, era o momento de trazer a dimensão teórica para a prática.

A verdade é havia muitas expectativas, porém logo percebi que a realidade estava longe das mudanças já ensaiadas pelas teorias em relação ao processo educacional. Em meio a esse processo, deparei-me com professores, ainda, extremamente apegados a um paradigma tradicional. Deste modo, tendo como objetivo realizar um artigo para a especialização, pensei em pesquisar dentro da escola, junto aos professores, qual era o método e de que maneira este era colocado em prática. Porém, em seguida, resolvi ir direto ao aluno e foi assim que encontrei uma verdadeira mina de ouro para as análises. Decidi fazer um estudo através da análise dos exercícios dos cadernos cedidos pelos pais de um aluno da 2.^a série do ensino fundamental de uma escola pública do município de Paranaguá, no estado do Paraná.

O caderno foi uma importante base de informações em relação à metodologia desenvolvida não só por esta escola, mas como representativa de uma realidade que, sabemos, ser bem mais abrangente. Através da análise dos exercícios, que, por sinal, são efetivamente tradicionais, tais como, por exemplo: atividades ortográficas totalmente descontextualizadas e interpretações com perguntas óbvias e completamente explícitas no texto, o que, por sinal, também deixou evidente que a escola não vem seguindo as orientações didáticas dos PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais - (BRASIL, 1997), que são um conjunto de orientações elaboradas pelo governo federal para melhorar a qualidade do ensino e que defendem a formação de um cidadão participativo e autônomo.

Sociedade, educação e escola

Conceituar sociedade é uma tarefa bastante complexa. Originada do latim *societas* a palavra sociedade significa associação amistosa com outros. A definição mais geral e também a encontrada no dicionário Aurélio (2010), a caracteriza como agrupamento de seres que vivem em estado gregário; grupo de indivíduos que vivem por vontade própria sob normas comuns, enfim, reunião de homens, de animais, que vivem em grupos organizados.

Assim sendo, é importante observar que a sociedade não é apenas um conjunto de pessoas vivendo em um lugar específico, é também a existência de uma organização social, de leis e instituições que, de uma forma ou de outra, interferem significativamente na vida das pessoas. Em suma, sociedade são as maneiras de existir do ser social, enfatizando que a sociedade e seus componentes, formam o ser social e dele se forma. Netto e Braz (2009), ao abordarem o termo “ser social”, expõem que foi através do trabalho que a espécie humana desenvolveu características próprias que a diferenciou da natureza, ou seja, justamente por se autoproduzir como resultado de sua própria atividade por meio do trabalho o homem se tornou ser social.

Partindo desse princípio Karl Marx defende que a sociedade é constituída por classes sociais que se sustentam por meio de ideologias dos que possuem o controle dos meios de produção e que na sociedade capitalista, o acúmulo de bens materiais é valorizado, enquanto que o bem-estar coletivo é secundário (NETTO e BRAZ, 2009).

Diante dessa concepção, de um panorama geral e de uma reflexão concisa, pode-se apontar que a sociedade brasileira é uma sociedade que vem sendo regida pelo capital, sobretudo por causa da globalização – termo utilizado para definir o processo pelo qual o mundo se interligou, não só em aspectos econômicos, mas também em aspectos culturais e sociais - e o veloz avanço tecnológico. Nessas condições, em que a divisão do trabalho passa a vigorar, o fenômeno histórico conhecido como alienação ganha espaço, justamente porque o sistema capitalista determina formas de exploração do homem pelo homem.

Neste sentido, a educação não ficou imune às mudanças decorrentes das transformações sociais e passou a desempenhar um papel central no processo de garantir os “progressos” relacionados à forma capitalista de se viver, ou seja, a

educação se tornou aliada do capitalismo. Vale lembrar que o processo educacional e todos os elementos que dele fazem parte são elementos que geralmente correspondem às características da sociedade em que a escola está inserida. Ao encontro dessa ideia, Paro critica o fato de a escola ser tão submissa ao capital:

Servir ao capital tem sido o grande erro da escola básica, cujas funções têm sido subsumidas pela preocupação de como levar os alunos a um trabalho futuro. A situação seria diversa, é lógico, se ela o fizesse de uma forma crítica, de tal sorte que os educandos fossem instrumentalizados intelectualmente para a superação da atual organização social que favorece o trabalho alienado. Assim, a escola tem contribuído muito mais para o mercado de trabalho [...], pois não prepara para a crítica do trabalho alienado é uma forma de preparar para ele (1998, p. 11).

Portanto cabe ao professor, que deve desempenhar o papel de mediador, por meio de suas práticas metodológicas, transformar os processos educacionais e romper com esse ciclo que se move pelas margens do capital.

Destarte falar de educação e sociedade, na conjuntura de que o procedimento educacional também se trata de um problema social, por fazer vistas grossas no processo de construção de cidadania, justamente por ser utilizada com um único propósito de formar para o trabalho, é necessário um levantamento acerca do que vem a ser a questão social, um termo relativamente novo na história, complexo e abrangente:

[...] a expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVII: trata-se do fenômeno do pauperismo (NETTO, 2001, p. 42).

Ainda segundo Netto (2001), a questão social surgiu com a sociedade capitalista e a fragmentação que esta originou, desencadeou diversos problemas sociais, como por exemplo: a centralização do capital, a pobreza, a exclusão social, a ausência de cidadania, a exploração, a alienação problemas que podem ser chamados de manifestações da questão social.

Partindo dessa percepção, a origem da escola como instituição se deu por um projeto societário da burguesia – classe social surgida na Europa no fim da Idade Média, com o desenvolvimento econômico, e que veio a dominar a vida política, social, econômica e intelectual - que a idealizava, segundo Frigotto, como

“instituição social e cultural de produção de conhecimento e de valores e como espaço para desenvolvimento lúdico, estético e artístico para as crianças e os jovens” (2007, p.195). Consequentemente, a escola, nesses moldes, contribuiria decisivamente na formação, sobretudo dos valores de cada um. Apesar disso, ainda segundo Frigotto, “o retrospecto histórico nos evidencia que esta não era e nunca foi a escola para todos” (2007, p.195) Em outras palavras, a escola para a classe trabalhadora sempre foi outra: “uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário” (2007, p. 195) e esta definição da escola como função disciplinadora para o trabalho está impregnada não só nos ideais de alunos e pais, mas também de educadores. Termos como: “estudar pra ter um emprego bom”, “estudar pra ser alguém na vida” são muito frequentes no meio escolar.

Para uma sociedade que se preocupa apenas com as forças produtivas, em que o capital move os interesses, que a riqueza fica com poucos e a maioria vive em situações precárias, a escola se tornou apenas mais uma mercadoria. Para ela não é “lucrativo” que o sujeito seja crítico e tenha capacidade de exercer a plena cidadania, no sentido de superar a atual organização social que, por sua vez, favorece ao capital.

Dowbor, apud relatório INESC (2006), expõe que o fato de termos um grupo social com baixo nível de escolaridade, constitui um desafio a mais, não só para melhorar a escolaridade, mas para educar para a cidadania, para que os cidadãos saibam suas responsabilidades.

[...] a educação significa o processo de interiorização das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva. Para ser outra coisa, para produzir insubordinação, precisa redescobrir sua relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, com o qual compartilha, entre outras coisas, a alienação (MÉSZÁROS, 2008, p.17).

Nesse contexto é evidente que existe um impacto extremamente relevante ocasionado pela escola nos fatores que desencadeiam os problemas de formação social. Sendo assim, a escola, local onde se deveria aprender o significado de ser cidadão, por exemplo, exerce um papel intensificador na exploração do trabalho, ao promover a domesticação das massas e encobrir os fatores sociais causadores da desigualdade. Destacando que, conforme Dowbor, a educação não pode se limitar a promover para cada aluno um tipo de estoque básico de conhecimentos. “As

peças que convivem num território têm de passar a conhecer os problemas comuns, as alternativas, os potenciais” (2006, p. 5,). Vale lembrar que:

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p.27).

Quando José Paulo Netto e Marcelo Braz (2009) se referem à possibilidade de escolher entre o socialismo ou barbárie, é certo que se a escola continuar a educar em favor do capitalismo, jamais será sequer considerada a hipótese de se viver em uma sociedade mais justa e igualitária, pois só uma sociedade em que todos tenham a mesma condição de socialização, pode garantir a superação do individualismo e a educação é um caminho para esse feito.

Cultura e prática pedagógica: ressonâncias na sala de aula

É imprescindível algumas definições do conceito de cultura diante de diferentes perspectivas. Silva (2006, p. 22), define que “cultura é aquilo que dá significado às ações realizadas pelo ser humano em uma sociedade”. Considerando a definição acima, Silva apud Libâneo (2006, p. 23) define cultura escolar como “diversos fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”. Consequentemente, não são apenas aspectos administrativos que caracterizam uma escola, de modo a lhe diferenciar de outra escola, componentes de natureza cultural implícitos (influências, valores, vivências, comportamento, gestos e etc., que vigoram no meio social e escolar) também são fatores primordiais para a caracterização dela.

Diante disso, a prática educativa surge como uma forma de, conforme Corte Real (2000), resolução de problemas educativos/sociais. É certo que as práticas educativas variam de acordo com a filosofia e a perspectiva pela qual determinada escola ou professor se propõem a lecionar, no intuito de trabalhar o conteúdo escolar das grades curriculares.

A concepção tradicional se ampara num olhar behaviorista de aprendizagem, ou seja, um olhar de treino e de repetição de padrões considerados os “corretos” e “verdadeiros”, bem como parte de uma consideração de sujeito como tábula rasa e, sobretudo, articula e consolida a ideia estruturalista de língua. A ideia estruturalista nasceu por meio das formulações saussurianas da Língua como um sistema regulado por leis internas próprias, completamente desvinculado dos determinantes externos, contextuais. Estas formulações, ainda que Saussure nunca tenha mencionado o termo estruturalismo, foram essenciais para que linguistas, ao trazerem a teoria de Saussure para o ensino-aprendizagem de línguas, justificassem o estudo da língua à mera compreensão de seu sistema interno, portanto, de sua estrutura, o que acabou por reduzir o ensino às abordagens da gramática normativa.

Contudo percebemos que, além de distanciar professores e estudantes de pensar a vivência do conteúdo como interação social, a perspectiva estruturalista de linguagem adota como base um conceito mecânico de imitação, obediência e repetição, fato que, em diversas vezes, resulta em uma espécie de cerceamento da capacidade reflexiva do aluno e também, por que não dizer, do próprio docente. Ao considerar todas essas questões e as imprecisões de informações acerca da eficácia do processo tradicional, é necessário destacar que é essa prática educativa que ainda reina nas escolas públicas brasileiras.

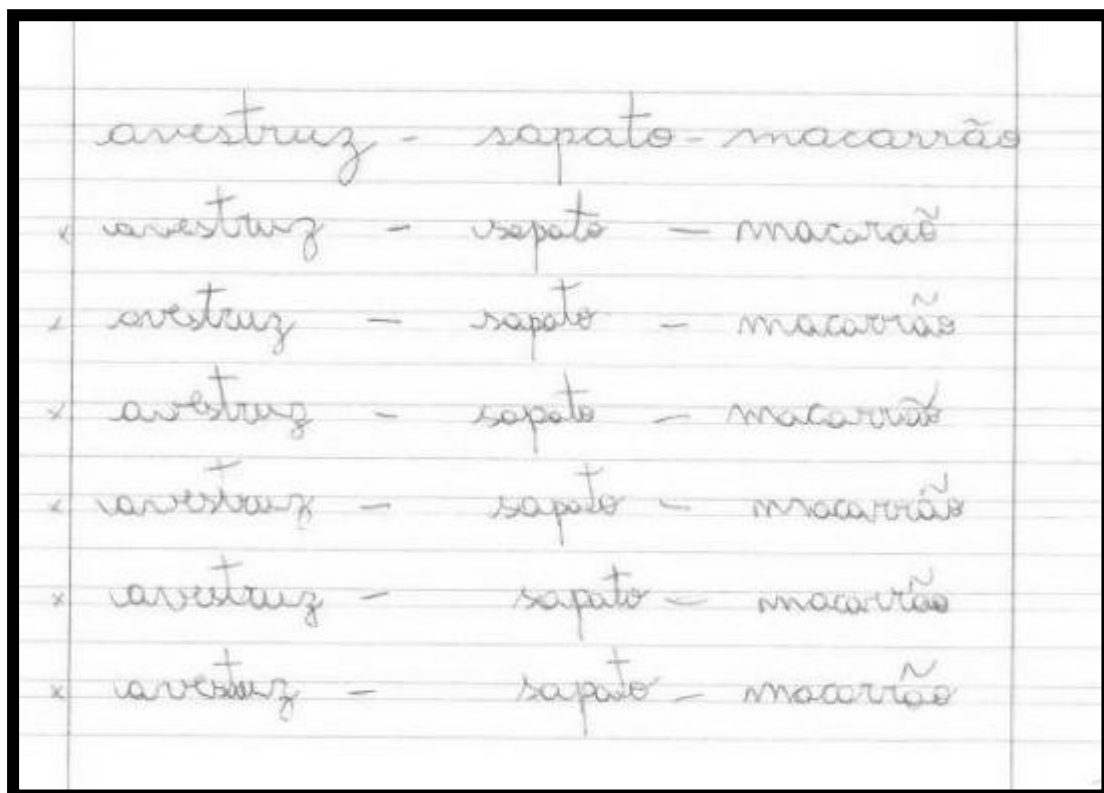
É importante observar que, entre erros e acertos, o fracasso da perspectiva tradicional/ estruturalista é certo, por exemplo, para Geraldi (1997, p.39), “não falta quem diga que a juventude de hoje não consegue expressar seu pensamento, [...] há incapacidade generalizada de articular o juízo e estruturar linguisticamente uma sentença”, o autor vai além, afirma que tal circunstância pode ser facilmente confirmada através de diversos exemplos: redações de vestibulandos, o vocabulário cheio de gírias dos jovens, o baixo nível de leitura comprovado facilmente através das baixas tiragens de jornais, revistas, obras de ficção, etc.

Práticas pedagógicas, punição e criticidade

As carências e deficiências da escola tradicional são bastante conhecidas, sobretudo por quem foi formado por práticas pautadas em tal concepção. Diante disso, por meio de estudos desenvolvidos para a área educacional juntamente com

a área social, pretende-se problematizar até em que ponto, o estagnado sistema escolar é eficaz, no sentido de formar sujeitos sociais.

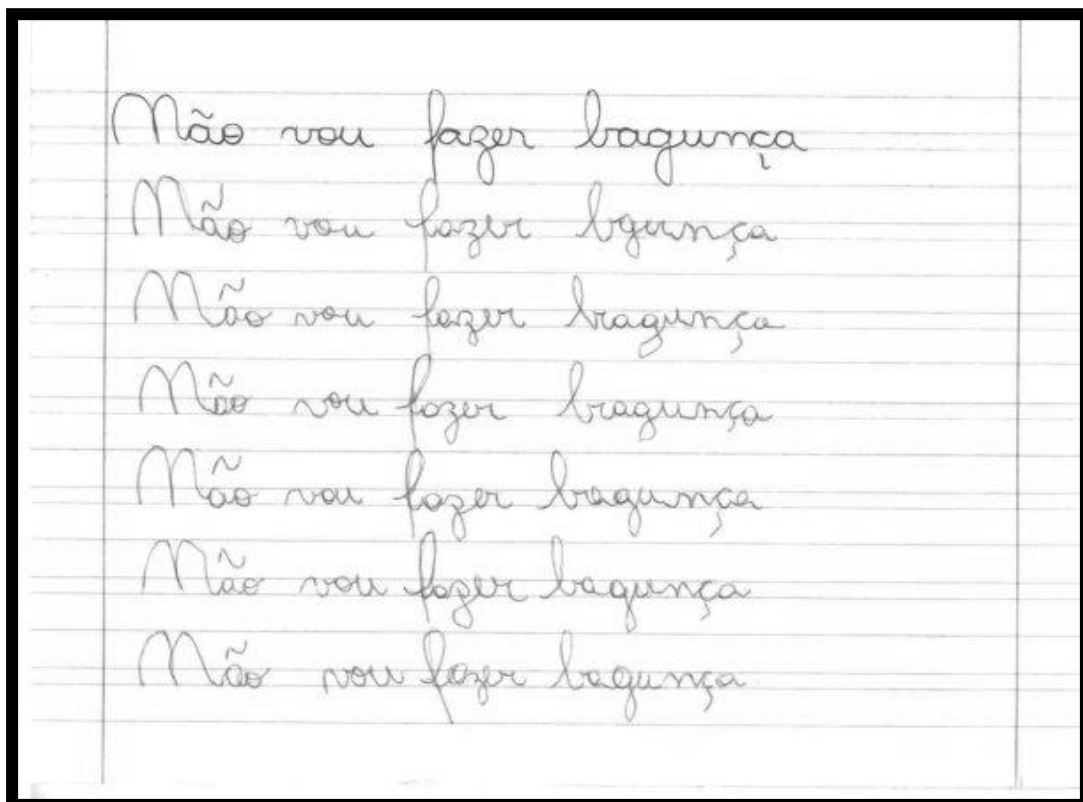
Ao analisar o caderno de caligrafia referente ao 1.º semestre de um aluno da 2.ª série, do ensino fundamental do município de Paranaguá, PR, encontrou-se mais de vinte atividades unicamente de cópia e repetição e que especialmente utilizou a escrita como prática punitiva e disciplinadora do comportamento e da coordenação motora do indivíduo. Segue exemplo:



Mas, qual é a real finalidade desta tarefa? Palavras soltas e descontextualizadas não acrescentam nada ao aluno.

Os estudos da História da Educação nos mostram em larga escala que, nas escolas de antigamente (do início da Modernidade), quando um aluno se comportava mal ou deixava de realizar alguma tarefa que lhe era pedida, ele sofria as consequências, pagava com castigos severos e humilhantes, como as orelhas ou chapéu de “burro”, por exemplo. Os professores tinham autonomia até mesmo de castigar fisicamente os alunos com a temida palmatória, deixando-os de joelhos no milho, ameaçando-os com varas de marmelo, dando-lhes puxões de cabelo, entre outros. (PEREIRA, 2009). Atualmente, as escolas e os professores não têm mais esse “*poder*”, porém, isso não significa que os indisciplinados fiquem impunes. As estratégias usadas hoje em dia são outras, como por exemplo, tarefa de casa extra,

inúmeras atividades de caligrafia com mensagens do tipo: “Me comportarei melhor amanhã”, “Obedecerei à professora”, “Serei mais educado”, como se pode observar no material analisado (conforme cópia abaixo). Sabe-se que é comum também deixar os alunos sem recreio ou sem aulas de educação física que eles gostam bastante ou deixá-los de fora da recreação, passeios, viagens e outras atividades do gênero.



O papel da escola, desde a nossa entrada no modo de produção capitalista e no ideário de produção do cidadão burguês, tem se alimentado da tarefa disciplinar. Educar significa, desde então, disciplinar. Disciplinar os saberes (inclusive os denominamos disciplinas: disciplina de Português, de Matemática, de Química etc.) e disciplinar o corpo, conduzi-lo a um padrão de comportamento. Assim, a escola mantém os alunos em um regime disciplinar, no qual o professor deve utilizar o seu poder para alcançar as metas impostas pela instituição, em outras palavras o melhor professor (a) é o mais bravo, aquele que consegue que sua classe fique em silêncio e reproduza, sem desvios, também o padrão dos saberes disciplinares (PEREIRA, 2009). É o que nos diz os estudos de Michel Foucault, em sua obra “Vigiar e Punir”:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (1996, p. 127).

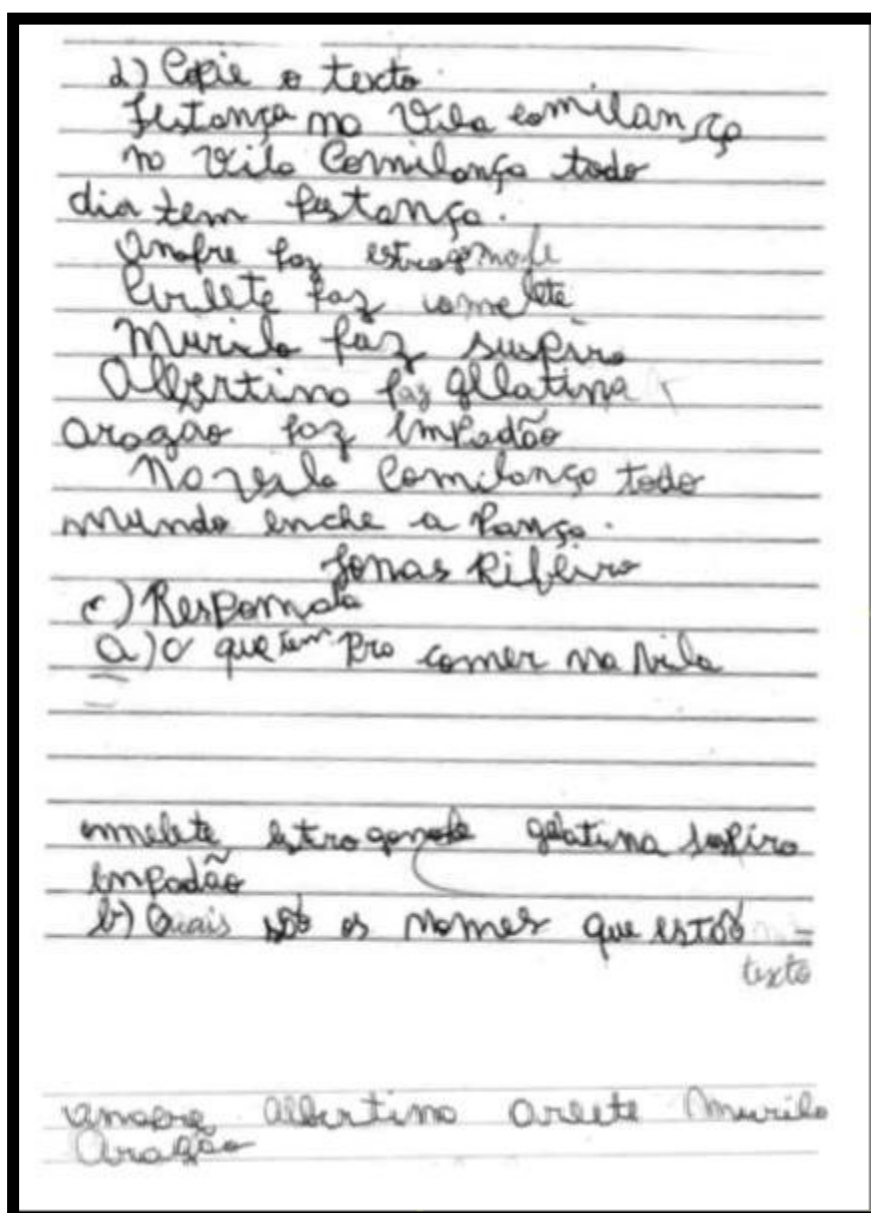
Seguindo os estudos de Foucault, podemos entender que a escola é o lugar onde o saber é produzido pelo poder disciplinar. No século XVIII surgiram várias instituições disciplinares – dentre elas, a escola – as quais passaram a utilizar métodos que permitiam o controle sobre o corpo da pessoa por meio de exercícios de domínio sobre tempo, espaço, movimento, atitudes e gestos, com apenas um objetivo: padronizar o comportamento dos sujeitos, ou seja, criar corpos submissos, exercitados e dóceis. As estratégias de punição, na escola, dessa maneira, têm a intenção de diferenciar os alunos bons daqueles considerados ruins, tornando estes últimos em exemplos para que os outros não se comportem como eles (SILVA, 2008). Para Foucault, a punição é toda situação que faz com que os alunos sintam que agiram de forma “incorreta”, que sintam-se humilhados e repreendidos, para que, assim, tornem-se disciplinados.

O que se espera é que um aluno da 2ª série do Ensino Fundamental é que ele tenha uma letra legível e faça um uso razoavelmente organizado do caderno, usando adequadamente os espaços disponíveis, sempre no intuito de se fazer compreensível ao interlocutor. Entretanto, observando-se outros cadernos deste aluno (que não os de caligrafia), averiguou-se que sua letra é perfeitamente legível e seu senso de espaço e organização também (OLIVEIRA, 2009). Então, nos perguntamos: qual seria o motivo de tantas atividades de caligrafia? Obviamente, uma atividade desnecessária, que está servindo unicamente para castigar/disciplinar de forma (não tão) sutil esse aluno.

Considerando todas essas questões que foram abordadas, fica claro que esta modalidade de exercícios está tomando um espaço que deveria estar sendo dedicado a outras atividades mais dinâmicas e com objetivos mais relevantes para a formação e para o desenvolvimento dos alunos, como as de leitura, escrita e comunicação oral.

Ainda analisando o caderno desse mesmo aluno, encontrou-se vinte e quatro exercícios de cópia de textos e atividades de compreensão linear destes mesmos textos. Considera-se que atividades de estratégias de leitura são

extremamente importantes para o letramento e a formação do aluno, contudo é necessário que sejam bem elaboradas. Entretanto esse não é o caso, ou seja, a interpretação que está sendo realizada com essa criança (e todos os seus colegas) é vazia, as perguntas são óbvias e as respostas estão totalmente explícitas no texto, sobretudo não fazem com que o aluno efetivamente pense e interprete, seu trabalho se resume em apenas copiar as respostas. Tais exercícios não contribuem para a formação do sujeito leitor-crítico:



Trata-se de uma atividade desestimulante para o aluno, pois seu trabalho é reduzido a uma mera cópia de respostas prontas e exatas. A finalidade do exercício é coletar no texto nomes de comidas e nomes próprios, o que não é algo relevante para essa e qualquer outra criança. Outro exemplo extraído do caderno:



Esse tipo de encaminhamento está subestimando a capacidade dos alunos, o grau de dificuldade das questões é nulo. A pergunta: “qual é o título do texto?” é totalmente óbvia, assim como identificar qual é o nome do autor. Em nenhum momento, o estudante foi, ao menos, conduzido a refletir que o texto tem uma autoria e que esse autor produziu esse discurso num determinado momento histórico, destinando sua escrita a determinados leitores. Além disso, atividade como “retire palavras que possuam a letra C” também não apresenta nenhuma

complexidade, em nenhum momento faz com que o aluno realmente leia o texto e reflita sobre ele. As respostas podem ser encontradas sem que o aluno, de fato, leia o texto por completo. Então os objetivos não estão sendo alcançados, pois sabe-se que essas atividades visam principalmente à questão da leitura e da interpretação, e não somente da cópia.

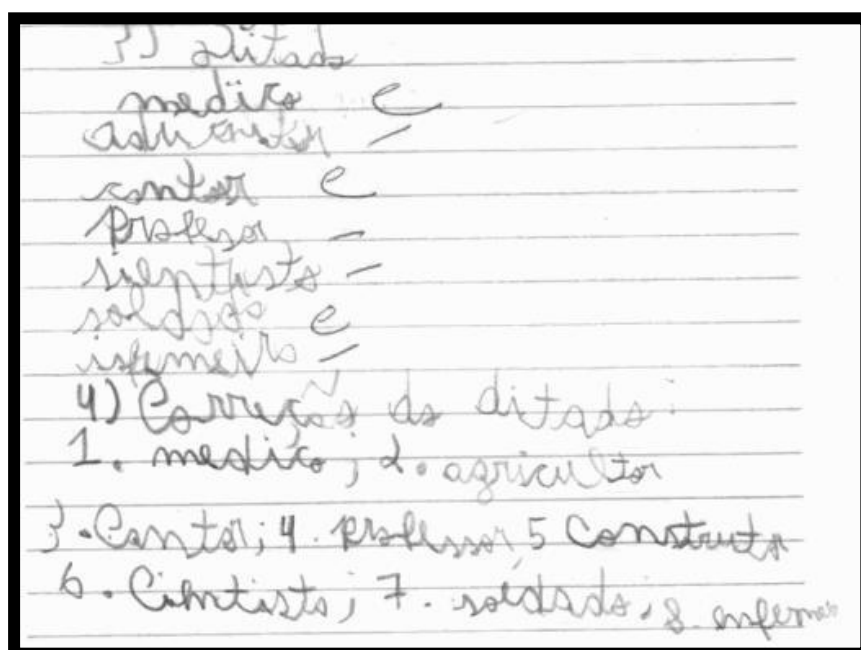
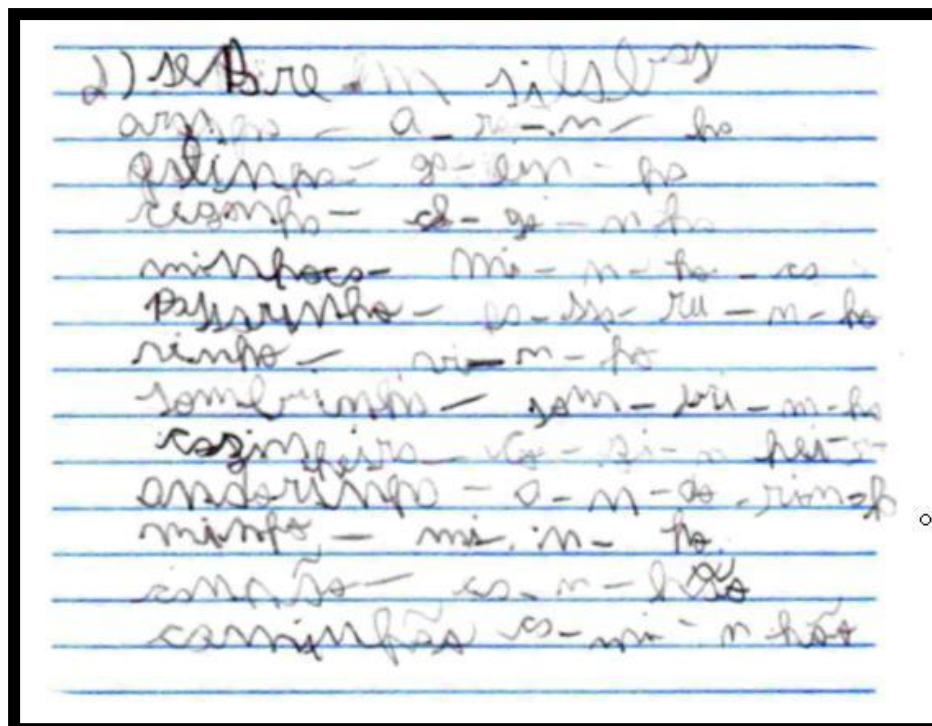
Partindo desse pressuposto, entende-se que esse pode ser um dos importantes fatores que faz com os alunos cheguem às séries seguintes sem ter adquirido estratégias de leitura mais aprofundadas e questionadoras e sem conseguir realizar uma interpretação de texto que extrapole um movimento apenas linear e decodificador.

Certamente isso não irá contribuir em nada para formar um sujeito mergulhado no exercício social, já que, para isso, é necessário, em outras palavras, pensar.

Levando em consideração que este aluno frequenta uma escola pública, essa situação pode se agravar ainda mais. Supostamente, os alunos de escolas privadas têm muito mais acesso aos meios de interação comunicacional mais sofisticados da contemporaneidade, como a televisão a cabo, revistas, gibis, computadores, dentre outros, enquanto que a maior parte dos alunos que estão na escola pública vive em uma realidade bem diferente dessa.

Por fim, constatou-se que o ensino da ortografia também está estagnado. Em uma breve conversa com o aluno cujo caderno é o ponto de referência desse artigo, ficou bastante evidente que essa não é a matéria preferida dele. Não é “para menos”, pois seu caderno está repleto de exercícios e cópias extremamente maçantes, totalmente descontextualizados, sem sentido, que com certeza não atraem nem um pouco seu interesse e muito menos fazem com que ele reflita.

Pode se constatar por meio dos inúmeros “separe em sílabas” e ditados que se continua ensinando através da perspectiva tradicional e, conseqüentemente, por meio de uma escrita descontextualizada. Por fim, o que por várias vezes acontece é que quando o aluno erra, o professor exige que ele faça cópias e mais cópias e por isso, para o aluno, o ato de aprender passa a funcionar como um castigo. Exemplos:



Será possível, perpetuando ainda esse olhar mecanicista e tradicional que está sendo utilizado na maioria das escolas, conseguir realmente formar sujeitos mais independentes, que exerçam efetivamente seu poder de cidadão, seu poder de ultrapassar a organização social vigente?

Lembrando que, no presente artigo, o olhar não é sobre os resultados cognitivos da criança tomada como sujeito empírico, mas o que se pôde observar em suas atividades, sobre como práticas pedagógicas, como a já citada, podem influenciar na situação do aluno como sujeito social, a partir de alguns

encaminhamentos, percebendo em sua história de estudante a história de uma coletividade de muitos outros alunos.

Considerações finais

Com base nos dados que foram coletados na presente pesquisa, é possível apontar algumas considerações. Partindo do pressuposto de que as diferenças entre as metodologias certamente influenciam na qualidade e no objetivo do ato de ensinar, procurou-se demonstrar como o processo acontece com um aluno específico da 2.^a série do ensino fundamental de uma escola municipal de Paranaguá.

Quanto ao objetivo desse trabalho, que era buscar algumas possibilidades de análise para questionamentos a respeito das dificuldades intelectuais que enfrentam os alunos que são submetidos a encaminhamentos favoráveis ao capital, verificou-se que é desconsiderado pela escola o que, atualmente, deveria ser o principal alvo do ensino: a educação para além das margens do capital, em que o ato de aprender não se resumisse ao simples ato de saber ler e escrever, ao simples ato de ser preparado para o mercado de trabalho.

O primeiro passo do trabalho foi relacionar sociedade, educação e escola, pois através dessa reflexão é possível compreender um pouco mais sobre o surgimento de fatores que culminam nos problemas de formação social do indivíduo. Observou-se como tem sido abordada pelas escolas, de modo geral, a questão da metodologia de ensino, através da análise do material de um determinado aluno da 2.^a série do ensino fundamental da uma escola pública municipal da cidade de Paranaguá-PR. As atividades encontradas confirmam a relevância e a urgência de se apostar num paradigma em que o ensino, ou seja, o ato de aprender seja um objeto de ensino profundamente articulado aos seus funcionamentos sociais, pois ficou evidente as carências da escola tradicional e, sobretudo, que a prática pedagógica tem sido utilizada apenas como meio de punição e de cerceamento da prática de pensar.

Não é nenhuma surpresa que esses alunos posteriormente possam encontrar dificuldades quando tiverem que, por exemplo: realizar interpretações mais reflexivas, que permitam diversas respostas, dentre outras atividades que visam de maneira coerente e suficientemente fundamentada fazer com que o aluno efetivamente pense, que consiga ler as entrelinhas, o que são itens básicos para que este aluno possa lutar contra a desigualdade da atual organização social.

Por fim, é importante salientar que não existe algo totalmente certo ou errado, no entanto ressignificar a identidade metodológica proporcionaria uma melhoria significativa no plano educacional. Nesse sentido, a conclusão é que uma educação voltada para a superação do capital deveria ocupar, hoje, uma posição de evidência quando o assunto fosse práticas metodológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

CORTE REAL, Márcio Penna. **Cultura: Implicações Político-pedagógicas nas práticas educativas**. Disponível em: http://dowbor.org/metadata_search.asp?search=desenvolvimento+local&Submit1=OK>. Acesso em: 27 nov. 2011.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. Disponível em: http://dowbor.org/metadata_search.asp?search=desenvolvimento+local&Submit1=OK>. Acesso em: 23 nov. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa**: 8.^a ed., Positivo, 2010

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. Instituto Cidadania, São Paulo, 2007.

GERALDI, João Wanderlei. **Concepções de Linguagem e ensino de português**. In: Geraldi, João Wanderlei (org.) **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.^aed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. In: Revista Temporalis/ABESPSS, n.3. Brasília, 2001.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5.^aed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Fábila da Silva. **Da caligrafia à escrita: experiências de sala de aula, como melhorar a escrita no caderno?** Disponível em: <http://www.escolalasalles.com.br/2008/documentos_pdf/publica%C3%A7%C3%B5es/Fundamental%20I/Microsoft%20Word%20-%20fabia.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

PARO, Victor Henrique. **Parem de preparar para o trabalho! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica**. Disponível em: <http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/Docs%20CGE/parem_de_educar_para_trabalho.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2011

PEREIRA, Maria José Moraes. **Disciplina e castigo nas escolas: um estudo a partir das trajetórias de duas professoras do ensino fundamental**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1453336855746.doc>>. Acesso em: 28 out. 2011.

SILVA, Nei. **O poder disciplina e a escola**. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/1763776-poder-disciplinar-escola/>>. Acesso em: 28 out. 2011.